



*Delinquência Juvenil: Papel das Zonas de Residência  
e do Conhecimento Parental*  
Catarina Gomes

UMinho | 2020



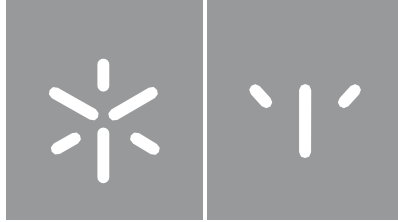
**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Catarina Pinto Gomes

**Delinquência Juvenil: Papel das Zonas de  
Residência e do Conhecimento Parental**

outubro de 2020





**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Catarina Pinto Gomes

**Delinquência Juvenil: Papel das Zonas de  
Residência e do Conhecimento Parental**

Dissertação de Mestrado

Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação da

**Professora Doutora Paula Cristina Martins**

outubro de 2020

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial**  
**CC BY-NC**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Universidade do Minho, 18/10/2020

*Catarina Pinto Gomes*

(Catarina Pinto Gomes)

## **Agradecimentos**

Gostaria de começar por agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Paula Cristina Martins, pela paciência e compreensão que teve comigo em toda esta etapa difícil.

À Ângela Tomaz, por tudo. Pela amizade, por me aturar nos meus momentos de angústia, pela disponibilidade e ajuda que sempre demonstrou, mesmo estando ocupada, pelos serões em frente ao computador e por todo o apoio incondicional.

Às minhas colegas do grupo de investigação, Ana Monteiro, Cristiana Ferreira e Maria João Miranda, pela constante entreaajuda, pelo suporte, e pelas palavras de motivação que nunca faltaram naqueles momentos mais difíceis.

Aos meus amigos, em especial à Ana Lima, José Rui Rodrigues e Salomé Soares pelo apoio e todo o carinho que me deram.

À minha madrinha, por todo o carinho demonstrado durante esta fase.

À minha família, pais e irmã, por sempre acreditarem em mim, mesmo quando eu tinha dúvidas, e pela coragem para continuar e nunca desistir.

E por fim, gostaria de agradecer à minha avó, e dedicar-lhe esta dissertação, que faleceu antes da conclusão da mesma, mas que sei que irá continuar a apoiar-me sempre.

## **Declaração de Integridade**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 18/10/2020

*Catarina Pinto Gomes*

(Catarina Pinto Gomes)

### **Resumo**

Investigações na área da delinquência juvenil apontam para uma relação entre os comportamentos delinquentes, a desordem das zonas de residência e o conhecimento parental. Contudo, não há estudos que abordem o impacto que o conhecimento parental, nomeadamente a *child disclosure*, possa ter na relação dos comportamentos delinquentes com o nível de desordem das zonas de residência. Assim, este estudo pretende averiguar se a desordem e a *child disclosure* têm impacto na frequência de comportamentos delinquentes, e se a *child disclosure* adota um papel moderador na relação entre as outras duas. A amostra foi constituída por 4022 participantes, entre os 12 e 21 anos, sendo 53.41% do sexo feminino. Os resultados revelaram que altos níveis de desordem estão associados a maior frequência de comportamentos delinquentes, enquanto que altos níveis de *child disclosure* estão associados a uma menor frequência de comportamentos delinquentes. Ainda, quando avaliadas em conjunto, a desordem e a *child disclosure* são melhor previsoras da frequência de comportamentos delinquentes, do que em separado. Face ao exposto, estes dados fornecem-nos bases empíricas para a criação de programas de intervenção, que trabalhem as variáveis, de forma a criar estratégias que permitam colmatar a frequência da ocorrência de comportamentos delinquentes nos jovens.

*Palavras-chave:* *Child disclosure*, delinquência juvenil, desordem das zonas de residência, ISRD-

**Abstract**

Juvenile delinquency investigations' point to a relationship between delinquent behaviour and, neighbourhood disorder and parental knowledge. However, there are no studies that address the impact that parental knowledge, namely, child disclosure, can have on the relationship of delinquent behaviour with neighbourhood disorder. As such, this study aims to investigate whether disorder and child disclosure have an impact on the frequency of youths' delinquent behaviour, and whether child disclosure takes on a moderating role in the relationship between the other two. The sample consisted of 4022 participants, between 12 and 21 years old, with 53.41% being female. The results revealed high levels of disorder were associated with higher frequency of delinquent behaviour, while high levels of child disclosure were associated with lower frequency of delinquent behaviour. Furthermore, when put together in a model, and analysed, disorder and child disclosure were better predictors of the frequency of delinquent behaviour, than separately. Thus, these data provide us with empirical bases for the creation of intervention programs, that work with these variables, in order to create strategies that allow us to lower the frequency of youths' delinquent behaviour.

*Keywords:* Child disclosure, ISRD-3, juvenile delinquency, neighbourhood disorder



## Índice

Delinquência Juvenil: Papel das Zonas de Residência e do Conhecimento Parental .....	8
Método.....	13
Participantes.....	13
Instrumentos.....	14
Procedimento.....	14
Análise de dados.....	15
Resultados.....	16
Discussão.....	20
Referências.....	26

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Dados Sociodemográficos da Amostra .....	14
Tabela 2 – Estatística descritiva da frequência de Comportamentos Delinquentes.....	17
Tabela 3 – Estatísticas da colinearidade .....	19
Tabela 4 – Coeficientes de regressão logística binária .....	19

## **Delinquência Juvenil: Papel das Zonas de Residência e do Conhecimento Parental**

O termo delinquência, que tem por base uma designação jurídica, é utilizado quando há transgressão da lei e implica a intervenção judicial ou uma consequência penal (Nardi & Dell’Aglia, 2010). Assim, delinquência juvenil é um termo associado a jovens que infringem a lei e que, em razão da sua idade, não estão ao abrigo da Lei Penal (Burfeind & Bartusch, 2016; Santrock, 2011). Em Portugal, o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI, 2018) considera comportamentos de delinquência juvenil aqueles que são qualificados como crime tendo por base o previsto na Lei Tutelar Educativa, e que são cometidos por jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos.

A adolescência é uma fase de mudanças e vulnerabilidade, é um processo de crescimento e aprendizagem social fortemente influenciado pela sociedade em que o jovem se encontra inserido. Na procura da sua identidade que se encontra em construção nesta fase, o jovem, na tentativa de satisfazer as suas necessidades, pode acabar por agir de maneira transgressiva cedendo a pressões sociais e de grupo de forma a sentir-se integrado (Esmanhoto & Souza, 2010). Também, numa tentativa de expressar a sua autonomia, os jovens podem acabar por adotar comportamentos antissociais com impacto no seu desenvolvimento normativo, e que levam a uma maior probabilidade destes se envolverem em atos de transgressão da lei (Aguilar, Sroufe, Egeland & Carlson, 2000; Elliot, Dupère & Leventhal, 2015). Segundo a teoria de desenvolvimento de Moffitt, o pico de atividade criminal parece ocorrer por volta dos 17/18 anos e, para o grupo que apenas tende a cometer crimes durante a fase da adolescência, uma das razões tem por base a aprendizagem de comportamentos antissociais por observação, ou seja, pela imitação de comportamentos de pessoas consideradas como modelos por parte destes jovens (Moffitt, 1993). Outros estudos têm demonstrado que os rapazes envolvem-se consideravelmente mais em comportamentos delinquentes, quando em comparação com as raparigas (Junger-Tas et al., 2009; Junger-Tas, Ribeaud & Cruyff, 2004; Piquero, Gover, MacDonald & Piquero, 2005). A prevenção da delinquência juvenil é então, uma parte essencial da prevenção do crime na sociedade, e embora em Portugal continue a ser observada uma tendência de decréscimo da delinquência juvenil desde 2015 (RASI, 2018), esta continua a ser um problema à escala mundial. Assim, a compreensão deste fenómeno, através de estudos que pretendem averiguar o que influencia a probabilidade de um jovem se envolver em comportamentos delinquentes, contribui para a elaboração de medidas de combate às práticas delinquentes, assim como programas adequados à proteção e diminuição de incidência/reincidência.

Estudos na área realçam várias características que podem servir como fatores de risco ou proteção quando associados ao comportamento delinvente, como por exemplo, fatores ambientais (Chung & Steinberg, 2006; Voguel & South, 2016) e familiares (Ali & Masod, 2018; Stattin & Kerr, 2000). Ainda, características individuais como a idade e género, quando associados aos fatores acima mencionados, podem também estas adotar um papel de risco ou de proteção (Gold & Nepomnyaschy, 2018; Leventhal & Brooks-Gunn, 2004).

Dentro dos fatores ambientais, a literatura aponta como fatores de risco da zona de residência, a ausência de apoio social (Paludo & Koller, 2005), o baixo nível socioeconómico (Chang, Wang & Tsai, 2016; Vogel & Van Ham, 2017) e ainda, a presença de desordem social e física (Chung & Steinberg, 2006; Gold & Nepomnyaschy, 2018; Skogan, 2012), sendo que, esta última, tem recebido especial atenção.

A desordem é um construto que inclui uma larga lista de atividades e condições. Algumas das características inerentes à desordem são atos criminosos, mas outros podem ser apenas “incomodativos” e não transgressores da lei. A desordem social é caracterizada por eventos de curta duração, mas que podem ser frequentes ao longo do tempo, potencialmente ameaçadores e/ou até mesmo ilegais. Alguns exemplos de desordem social são absentismo escolar, pessoas a urinar na rua, sem-abrigos a dormir no chão, vizinhos barulhentos e incomodativos, e pessoas a remexer no lixo à procura de comida. Por outro lado, a desordem física engloba condições visíveis de negligência e/ou abandono (e.g., casas e estruturas degradadas, com acessos vedados e lixo espalhado pelas ruas) e ainda resultados de atos delinquentes (e.g., graffiti, janelas estilhaçadas e candeeiros de rua partidos) (Skogan, 2012).

A desordem é uma característica importante pois está associada a muitas formas de crime comum e a maiores taxas de delinquência relatada pelos jovens (Chung & Steinberg, 2006; Skogan, 2012). Para além disso, a sua exposição prolongada leva a uma maior probabilidade de os jovens se envolverem em comportamentos delinquentes precoces, ou seja, quanto maior for o período de exposição à desordem nas zonas de residência, mais fortemente esta se associa a desfechos negativos (Gold & Nepomnyaschy, 2018). Uma explicação possível prende-se no facto de que à medida que as crianças crescem estas tendem a passar mais tempo na rua (i.e., nas suas zonas de residência), estando, portanto, mais expostas às características da zona de residência e subsequentemente aos efeitos que estas possam ter. Assim, o ambiente que rodeia as crianças tem um papel marcante na predisposição

destas para se envolverem em comportamentos delinquentes precoces e deve ser por isso um foco de estudo a ter em conta.

Uma explicação para o impacto da desordem social e física das zonas de residência nos comportamentos delinquentes é feita à luz da teoria da janela quebrada. Esta teoria explica que sinais visíveis de crime, desordem civil e comportamentos antissociais criam ambientes de maior tolerância e de incentivo à prática da delinquência no geral (e.g., uso de substâncias e lutas). Isto acontece porque, utilizando a metáfora da janela partida, quando a janela se mantém partida sem ser reparada, demonstra que ninguém se importa e por isso, partir mais janelas não traz qualquer consequência (Wilson & Kelling, 1982). Ou seja, quando determinados comportamentos são observados, mas não repreendidos e retificados, mostra que não há qualquer punição para quem os praticar. Por consequente, nas zonas de residência criam-se normas culturais que são mais tolerantes aos comportamentos desviantes, o que torna o efeito da zona de residência mais saliente na delinquência juvenil (Wright & Fagan, 2013).

A influência das zonas de residência nos comportamentos delinquentes tem sido alvo de estudo por parte de vários autores que demonstraram resultados concisos, determinando a importância desta variável (Ali & Masood, 2018; Chang, Wang & Tsai, 2016; Gold & Nepomnyaschy, 2018; Miller & Tolan, 2018; Voguel & South, 2016; Wright & Fagan, 2013; Zimmerman & Messner, 2011). No entanto, há outras formas de compreender a delinquência que se têm focado em fatores relacionados com a família.

Num estudo realizado sobre a capacidade de resiliência dos jovens em situações adversas concluiu-se que esta estava associada a diversos fatores de proteção, entre eles a supervisão parental (Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2004). Isto é, relações próximas com a família, são consideradas um fator de proteção que pode ajudar os jovens a evitar atos delinquentes. Ainda, parece haver também uma relação entre a supervisão parental e as zonas de residência, já que jovens pertencentes a zonas de residência com maiores níveis de desordem, reportaram menores níveis de suporte e supervisão parental (Klebanov, Brooks-Gunn & Duncan, 1994).

A supervisão parental, também referida na literatura como monitorização parental (Dishion & McMahon, 1998), é caracterizada pelas estratégias que os pais utilizam para obter conhecimento parental sobre os paradeiros, associações e atividades diárias das crianças (King, Fite & Poquiz, 2018; Stattin & Kerr, 2000). O conhecimento parental pode ser obtido através da solicitação parental, controlo parental e *child disclosure* (Stattin & Kerr, 2000).

A solicitação parental é definida na literatura como a tentativa de obtenção de informação, por parte dos pais, perguntando diretamente às crianças e aos seus amigos (Stattin & Kerr, 2000). Apesar dos esforços dos pais para obterem mais informação sobre as crianças, a solicitação parental está positivamente relacionada com a delinquência, de tal forma que níveis altos de solicitação parental estão significativamente associados a níveis elevados de delinquência (King, Fite & Poquiz, 2018; Stattin & Kerr, 2000). Segundo Stattin e Kerr (2000) esta relação pode advir do facto das crianças interpretarem altos níveis de solicitação como uma intrusão à sua privacidade. Ainda, raparigas relatam serem mais alvo de solicitação de informação do que os rapazes (Stattin & Kerr, 2000).

O controlo parental é a imposição de regras e restrições nas atividades e associações das crianças e, assim restringir a quantidade de liberdade que têm para fazer coisas que não lhe são pedidas (Stattin & Kerr, 2000). Na literatura, o efeito entre o controlo parental e a quebra de normas apresenta alguns resultados contraditórios. Segundo King, Fite e Poquiz (2018), não existe qualquer associação entre as duas variáveis, no entanto, tendo em conta os resultados de Stattin e Kerr (2000), quando considerados apenas os autorrelatos das crianças (em comparação com os autorrelatos dos pais), a ligação entre controlo parental e a quebra de normas apresenta um efeito negativo, no sentido em que maior controlo parental leva a uma menor quebra de normas. Para além disso, os resultados de Stattin e Kerr (2000) demonstraram haver diferenças entre género em que as raparigas relatam serem mais controladas do que os rapazes.

Por último, e o mais importante, *child disclosure* é a partilha de informação de livre vontade por parte da criança com os pais (Stattin & Kerr, 2000), ou seja, esta partilha é feita sem qualquer solicitação proveniente dos pais. Ao longo da literatura, estudos têm vindo a encontrar evidências de que esta variável é um dos preditores mais fortes associados ao conhecimento parental (King, Fite & Poquiz, 2018; Stattin & Kerr, 2000). Para além disso a *child disclosure* mostrou não só ser o preditor mais importante da quebra de normas, predizendo em 15%, enquanto a solicitação e o controlo parental só prediziam em 3% (Stattin & Kerr, 2000), como também da delinquência infantil, em que altos níveis de *child disclosure* estão associados a baixos níveis de delinquência infantil (King, Fite & Poquiz, 2018; Stattin & Kerr, 2000). Por outras palavras, as tentativas de controlo (e.g., rastreamento do paradeiro da criança e supervisão) não são tão importantes na predição dos comportamentos delinquentes, como a vontade própria da criança em partilhar a informação sobre o seu dia-a-dia (i.e., *child disclosure*) (Stattin & Kerr, 2000). Também, esta partilha de informação é mais frequente nas raparigas do que nos rapazes (Stattin & Kerr, 2000).

No estudo de Soenens, Vansteenkiste, Luyckx e Goossens (2006), que pretendia perceber qual o papel que os pais teriam na *child disclosure*, os autores descobriram que a vontade da criança de partilhar informação pode ser facilitada por determinados comportamentos provenientes dos pais. Isto é um resultado importante pois permite a implementação de programas que visam trabalhar as competências parentais de forma a incentivar a partilha de informação, criando fatores protetores nos jovens.

Assim, a *child disclosure*, tem sido apresentada na literatura como uma variável extremamente importante e que tem um grande impacto na delinquência, de tal forma que maiores níveis de *child disclosure* estão associados a menores comportamentos delinquentes (King, Fite & Poquiz, 2018; Stattin & Kerr, 2000).

Pelo exposto, tanto a desordem da zona de residência como o conhecimento parental, nomeadamente a *child disclosure*, têm impacto nos comportamentos delinquentes dos jovens (Chung & Steinberg, 2006; Gold & Nepomnyaschy, 2018; King, Fite & Poquiz, 2018; Stattin & Kerr, 2000; Skogan, 2012) merecendo ser o foco de investigações. No entanto, há falta de estudos em Portugal que abordem as três variáveis e a sua possível ligação. Esta investigação pretende por isso contribuir para a literatura na população portuguesa, averiguando se o nível de desordem (alto ou baixo) das zonas de residência afeta a frequência dos comportamentos delinquentes, e se esta associação pode ser moderada pela *child disclosure*, em função do género e da idade.

Para tal, vários comportamentos delinquentes relativamente a vandalismo, crime de propriedade, violência, venda de drogas e crueldade animal, foram averiguados por meio de um questionário de autorrelato a jovens portugueses cujas zonas de residência são caracterizadas por alta ou baixa desordem (física e social).

Assim, com base nos estudos de Chung e Steinberg (2006) e Gold e Nepomnyaschy (2018), que relatam uma relação entre a desordem das zonas de residência e os comportamentos delinquentes dos jovens, propõem-se a seguinte hipótese:

**Hipótese 1:** Em zonas de residência com alto nível de desordem espera-se que exista uma maior frequência de comportamentos delinquentes auto relatados, quando comparadas com zonas de residência com baixo nível de desordem.

Para além disso, segundo o estudo de Klebanov, Brooks-Gunn e Duncan (1994), jovens de zonas de residência com alta desordem reportaram também menor supervisão parental, que é adquirida

através do conhecimento parental e, conseqüentemente, da *child disclosure*. Assim, com o intuito de estudar esta relação, propôs-se a seguinte hipótese:

**Hipótese 2:** Em zonas de residência com alto nível de desordem espera-se que os jovens reportem valores menores de *child disclosure*, quando comparados com jovens de zonas de residência com baixo nível de desordem.

Ainda, de acordo com King, Fite e Poquiz (2018) e Stattin e Kerr (2000), existe uma relação entre os comportamentos delinquentes e a *child disclosure*. Pelo exposto, formulou-se as hipóteses abaixo:

**Hipótese 3:** Espera-se que a *child disclosure* influencie a relação entre a desordem das zonas de residência e o comportamento delinquente, diminuindo a frequência dos comportamentos delinquentes.

Por fim, segundo vários autores (Junger-Tas et al., 2009; Junger-Tas, Ribeaud & Cruyff, 2004; Piquero, Gover, MacDonald & Piquero, 2005), são os indivíduos do sexo masculino que detêm uma maior incidência de comportamentos delinquentes. Também, Miller e Tolan (2018), Wright e Fagan (2013), e Zimmerman e Messner (2011), relatam que jovens mais velhos têm maior probabilidade de se envolver em comportamentos delinquentes. Assim, tendo por base esta informação, elaborou-se as seguintes hipóteses:

**Hipótese 4:** Espera-se que jovens do sexo masculino tenham mais comportamentos delinquentes, em zonas de residência com alta desordem, em comparação com os seus pares do sexo feminino.

**Hipótese 5:** Jovens mais velhos espera-se que tenham mais comportamentos delinquentes, em zonas de residência com alta desordem, quando comparados com os jovens mais novos.

## Método

### Participantes

Os participantes incluídos nesta investigação fazem parte da amostra recolhida em Portugal para o terceiro ciclo de estudos do ISRD - Estudo Internacional de Delinquência Autorrelatada. Os participantes foram recrutados de 80 escolas (privadas e públicas) de três cidades portuguesas de pequena, média e grande dimensão (Braga, Porto e Lisboa). O método de amostragem adotado foi o aleatório estratificado por escola, cidade, e por ano de escolaridade (7<sup>o</sup> ao 12<sup>o</sup> ano). Da amostra total fazem parte 4048

participantes, no entanto para este estudo, 26 participantes tiveram de ser excluídos por falta de resposta aos itens avaliados. Assim, a amostra final é constituída por 4022 participantes com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos ( $M = 15.28$ ;  $DP = 2.08$ ), sendo 53.41% raparigas ( $N = 2148$ ). Os dados sociodemográficos estão resumidos na Tabela 1.

Tabela 1.

*Dados Sociodemográficos da Amostra*

	<i>n</i> (%)	$M_{idade}$ (DP) em anos
Sexo		
Masculino	1874 (46.6%)	15.34 (2.11)
Feminino	2148 (53.4%)	15.23 (2.05)

*Nota.* *n* = número de participantes

**Instrumentos**

O Internacional Self-Report Delinquency Questionnaire 3 (ISR3D-3) é um questionário de autorrelato sobre vitimização e delinquência juvenil. Este instrumento foi obtido através da tradução da versão em inglês, e adaptado para a população portuguesa. Este questionário inclui onze módulos dos quais fazem parte informação sociodemográfica, módulo 1 com 15 itens (1.1 a 1.15), questões sobre a família, módulo 2 com 4 itens (2.1 a 2.4), sobre a escola, módulo 3 com 7 itens (3.1 a 3.7), vitimização, módulo 4 com 1 item (4.1.a a 4.1.g), lazer, módulo 5 com 10 itens (5.1 a 5.10), atitudes, módulo 6 com 6 itens (6.1 a 6.6), comportamentos delinquentes, módulo 7 com 15 itens (7.1.1 a 7.1.15), uso de substâncias, módulo 8 com 6 itens (8.1 a 8.6), transmissão de normas e questões morais, módulo 9 com 4 itens (9.1 a 9.4), justiça procedimental, módulo 10 com 8 itens (10.1 a 10.8) e, questões sobre pertença a gangues, módulo 11 com 6 itens (11.1 a 11.6). O valor de alfa de Cronbach para a consistência interna das escalas foi entre 0.77 e 0.92 (Martins, Mendes, Fernández-Pacheco & Tendais, 2018). As respostas aos itens deste questionário são dicotómicas, resposta restrita (escolha múltipla) ou de escala de *likert*.

O questionário foi administrado de duas formas distintas (online ou papel e lápis) com a duração de preenchimento de 45 minutos. A versão online inclui ainda questões de follow-up para os módulos 4 e 7 no caso de resposta afirmativa dos mesmos.



## **Procedimento**

A tradução e adaptação do questionário ISRD-3 para a população portuguesa iniciou-se pela tradução da versão inglesa para português com recurso a dois tradutores bilingues independentes, sendo depois feita um resumo das duas traduções. Após um pré-teste, e com as observações de peritos na área da delinquência juvenil, a versão final da tradução para português foi ajustada e consolidada, sendo retraduzida para inglês por dois tradutores bilingues independentes e feito um resumo das traduções por dois especialistas da área. Por fim, a versão final da tradução do questionário foi validada pela Comissão Executiva do estudo internacional (ISRD).

As autorizações da Agência de Proteção de Dados Nacional, do Ministério da Educação, e o parecer favorável do Comité de Ética da Universidade do Minho foram solicitadas e obtidas de acordo com os procedimentos éticos e deontológicos aplicáveis. Ainda, após o contacto com as escolas e solicitação da sua colaboração na administração dos questionários aos alunos, foram distribuídos e recolhidos os consentimentos informados dos encarregados de educação dos estudantes. Aos alunos foi ainda disponibilizado informação sobre o propósito do estudo ISRD, os seus objetivos e o carácter voluntário, confidencial e anónimo das respostas. A administração do questionário foi feita de acordo com o protocolo definido pelo estudo do ISRD-3.

## **Análise de Dados**

Este estudo tem como variável dependente o comportamento delincente, caracterizado por comportamentos de vandalismo, roubo, violência, venda de droga e crueldade animal, sendo a variável independente a zona de residência caracterizada por alto ou baixo nível de desordem (física e social). O conhecimento parental, nomeadamente a *child disclosure* assume, neste estudo, o papel de variável moderadora.

A frequência dos comportamentos delinquentes ao longo da vida foi medida através da soma das respostas às questões do módulo 7 num total de 14 questões, excluindo-se o item 7.1.13 sobre download ilegal. As respostas, de carácter dicotómico, “Não” e “Sim”, foram codificadas em 1 e 2, respetivamente, podendo-se obter um total mínimo de 14 e um máximo de 28. Ainda, para análises posteriores, foi necessário transformar esta variável contínua numa categórica, sendo que se estabeleceu uma nova variável intitulada nível de frequência dos comportamentos delinquentes, onde baixa frequência foi caracterizada pelo valor da soma entre 14 e 20, codificada em 1, e alta frequência foi caracterizada pelo valor da soma entre 21 e 28, codificada em 2.

O nível de desordem (física e social) foi medido através da resposta aos itens da questão 6.7 do módulo 6 referente à percepção das zonas de residência. Para efeito da análise de dados, as respostas “Concordo completamente”, “Concordo”, “Discordo” e “Discordo completamente” foram codificadas em 0, 1, 2 e 3, respetivamente, tendo a escala sido invertida para os itens “Há muito crime na zona onde moro”, “Vende-se muita droga na minha zona”, “Há muitas brigas nesta zona”, “Há muitos edifícios vazios e abandonados na zona onde moro” e, “Há muito graffiti na zona onde moro”. O nível de desordem foi então representado pela soma dos valores de cada item, podendo ter-se um mínimo de 0, considerado baixo nível de desordem, e um máximo de 33, considerado alto nível de desordem. Posteriormente, a variável da desordem da zona de residência foi dividida em duas categorias: baixo nível de desordem, caracterizado pelo valor da soma dos itens entre 0 e 16, e alto nível de desordem, caracterizado pelo valor da soma dos itens entre 17 e 33.

A *child disclosure* foi avaliada a partir de alguns itens da questão 2.3 do módulo 2, mais concretamente, “Eu digo aos meus pais com quem passo o tempo” (2.3.9), “Eu digo aos meus pais como gasto o meu dinheiro” (2.3.10), “Eu digo aos meus pais onde estou na maioria das tardes depois da escola” (2.3.11), e “Eu digo aos meus pais o que faço no meu tempo livre” (2.3.12). Para a análise de dados procedeu-se à codificação das respostas “Quase sempre”, “Frequentemente”, “Algumas vezes”, “Raramente” e, “Quase nunca” em 4, 3, 2, 1 e 0, respetivamente, e à soma dos itens. Assim, nesta categoria podia-se obter um mínimo de 0, considerado como baixo nível de *child disclosure*, e um máximo de 16, considerado como alto nível de *child disclosure*.

A variável idade foi transformada numa variável dicotómica para análises posteriores, estabelecendo-se dois grupos distintos: “jovens mais novos”, com idades compreendidas entre os 12 e os 15, codificada em 0, e, “jovens mais velhos”, com idades compreendidas entre os 16 e 21, codificada em 1.

O *d* de Cohen foi utilizado neste estudo para analisar o tamanho do efeito dos testes estatísticos usados, a partir das médias dos grupos. Assim, de acordo com Cohen (1988) e Field (2018), um  $d < .50$  é considerado um efeito pequeno, um valor de *d* entre .50 e .80 é considerado um efeito médio, e um valor de  $d > .80$  é considerado um efeito grande.

Para análise dos dados deste estudo recorreu-se ao uso do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – versão 26.0).

## Resultados

A variável dependente (frequência dos comportamentos delinquentes) não segue uma distribuição normal, falhando assim um dos pressupostos para a realização de testes paramétricos. No entanto, segundo o Teorema do Limite Central (TLC), quando o tamanho da amostra é grande, a média da amostra aproxima-se cada vez mais de uma distribuição normal (Bussab & Morettin, 2010), assim, visto que para estudo o  $n$  total é 4022, recorreu-se na mesma a testes paramétricos, nomeadamente o teste  $t$  para amostras independentes.

Como mencionado acima, uma das hipóteses deste estudo propunha que altos níveis de desordem nas zonas de residência (ZR) implicavam também uma maior frequência de comportamentos delinquentes por parte dos jovens. Assim, através da estatística descritiva, obteve-se as médias da frequência de comportamentos delinquentes em função de baixo nível de desordem ( $M_{baixo} = 14.84$ ,  $DP = 1.47$ ) e alto nível de desordem ( $M_{alto} = 15.51$ ,  $DP = 2.05$ ), verificando-se que é em zonas de residência com altos níveis de desordem onde os jovens apresentam uma maior frequência de comportamentos delinquentes ao longo da vida (cf. Tabela 2).

Ainda, recorrendo ao teste  $t$  para amostras independentes, os resultados revelaram que as diferenças entre os dois grupos são estatisticamente significativas,  $t(4020) = -8.88$ ,  $p < .001$ , 95% IC: [-.81 a -.52], apresentando um tamanho de efeito pequeno ( $d = .38$ ).

Tabela 2.

*Estatísticas descritivas da frequência de Comportamentos Delinquentes*

Frequência Comportamentos Delinquentes	$n$	$M$	$DP$
Baixo Nível de Desordem (ZR)	3527	14.84	1.47
Alto Nível de Desordem (ZR)	495	15.51	2.05
Total	4022	14.92	1.57

*Nota.*  $n$  = número de participantes,  $M$  = média dos comportamentos delinquentes;  $DP$  = desvio padrão

Para a análise de dados da segunda e terceira hipótese, 6 participantes foram excluídos devido à não resposta aos itens do questionário correspondentes à *child disclosure*. Assim, a presente amostra é constituída por 4016 participantes, com idades compreendidas entre 12 e os 21 anos ( $M = 15.28$ ;  $DP = 2.08$ ), sendo 2145 (53.4%) do sexo feminino e 1871 (46.6%) do sexo masculino.

Relativamente à segunda hipótese, a análise dos dados demonstrou uma clara diferença de valores de *child disclosure* reportados pelos jovens de zonas de residência com baixo nível de desordem ( $M_{baixo} = 11.50$ ,  $DP = 4.06$ ), e dos reportados pelos jovens de zonas de residência com alto nível de desordem ( $M_{alto} = 9.80$ ,  $DP = 4.80$ ). Ainda, o teste  $t$  para amostras independentes, reportou valores

estatisticamente significativos,  $t(4014) = 8.45$ ,  $p < .001$ , 95% IC: [1.30 a 2.08], com um tamanho de efeito pequeno ( $d = .38$ ), sugerindo que em zonas de residência com baixo nível de desordem, os jovens reportam valores maiores para a *child disclosure*.

O terceiro objetivo deste estudo era perceber se a *child disclosure* tinha um efeito moderador na relação das zonas de residência com a frequência dos comportamentos delinquentes dos jovens. De tal modo, a intenção era aplicar o modelo 1 de Andrew Hayes sobre moderação, utilizando o *PROCESS Macro* para o SPSS. No entanto, após uma pré-análise, concluiu-se que os dados não preenchiam todos os critérios necessários para aplicar o modelo (e.g., linearidade e homocedasticidade), sendo que a ideia teve de ser descartada. Ainda, uma vez que os pressupostos do modelo 1 de moderação de Hayes, são os mesmos de uma regressão linear, esta também não pode ser utilizada. Assim, decidiu-se que a melhor escolha seria fazer uma regressão logística binária. Para tal, foi necessário trabalhar com uma variável dependente que fosse dicotômica (i.e., nível de frequência dos comportamentos delinquentes).

Antes de se efetuar a regressão logística binária, foi necessário testar a ausência da multicolinearidade pois é o único pressuposto das regressões logísticas com mais do que uma variável independente. Como os valores do Fator de Inflação da Variância (FIV) são de 1.02 (sendo que têm de ser menores que 10), concluiu-se que as variáveis independentes não estão correlacionadas entre si (cf. Tabela 3).

Com o pressuposto cumprido, foi realizada uma regressão logística binária para verificar se a interação da *child disclosure* com o nível de desordem das zonas de residência é previsora do nível de frequência dos comportamentos delinquentes do jovens. Primeiramente foi feita uma análise do modelo com as variáveis em separado e só depois se testou a sua interação. Assim, concluiu-se que o modelo contendo o nível de desordem das zonas de residência foi significativo,  $\chi^2(1) = 15.37$ ,  $p < .001$ ,  $r^2_{Nagelkerke} = .028$ , ou seja, o modelo atual é melhor que o modelo nulo (i.e., modelo sem previsores). Ainda, a análise de dados mostra-nos que o nível de desordem das zonas de residência é um preditor significativo,  $OR = 3.47$ , 95% IC: [1.96 a 6.12], que nos diz que jovens de zonas de residência com baixo nível de desordem, têm 3.5x mais chance de reportarem baixa frequência de comportamentos delinquentes do que os jovens de zonas de residência com alto nível de desordem.

No segundo modelo foi introduzida a *child disclosure*. Aqui, os resultados revelaram que este modelo contendo as duas variáveis, para além de ser significativo, é também melhor que o anterior,  $\chi^2(2) = 46.36$ ,  $p < .001$ ,  $r^2_{Nagelkerke} = .084$ . Inclusive, de acordo com os valores obtidos, tanto o nível de desordem

das zonas de residência,  $OR = 2.55$ , 95% IC: [1.42 a 4.57], como a *child disclosure*,  $OR = .85$ , 95% IC: [.81 a .90], são preditores significativos do modelo. De tal modo, observamos que jovens de zonas de residência com baixo nível de desordem, têm 2.5x mais chance de reportarem baixa frequência de comportamentos delinquentes do que os jovens de zonas de residência com alto nível de desordem. Ainda, a cada 1 unidade de aumento da *child disclosure*, a chance de um jovem reportar baixa frequência de comportamentos delinquentes, em relação a reportar alta frequência de comportamentos delinquentes, aumenta em .85x.

Tabela 3.

*Estatísticas da colinearidade*

	Tolerância	VIF
Nível de Desordem das Zonas de Residência	.983	1.02
Child Disclosure	.903	1.02

Para finalizar, introduziu-se no modelo a interação das variáveis. No entanto, apesar dos resultados desta análise indicarem que o modelo da interação é significativo,  $\chi^2(1) = 46.37$ ,  $p < .001$ ,  $f^2_{Nagelkerke} = .084$ , quando comparado com o modelo anterior, o modelo anterior demonstra ser o melhor modelo de previsão da frequência dos comportamentos delinquentes. Assim, podemos retirar desta análise, que a interação das variáveis não é significativamente previsora da frequência dos comportamentos, delinquentes (cf. Tabela 4).

Tabela 4.

*Coefficientes de regressão logística binária*

Bloco	Variáveis	$\beta$	$w$	$p$	OR	95% IC para OR	
						Inferior	Superior
3	Nível de desordem das zonas de residência (1)	.91	3.12	.08	2.48	.90	6.78
	Child Disclosure	-.16	22.34	.00	.85	.80	.91
	Nível de Desordem das Zonas de Residência (1) x Child Disclosure	.004	.004	.95	1.00	.89	1.13

Nota. OR = odds ratio.

Por fim, para a análise de dados referentes à quarta e quinta hipótese, foi utilizada a amostra total (i.e.,  $n = 4022$ ). Ainda, os dados foram divididos em função da variável independente (i.e., nível de desordem das zonas de residência).

Relativamente à quarta hipótese, no que concerne ao género, tanto em zonas de residência com baixo nível de desordem como em zonas de residência com alto nível de desordem, os rapazes apresentaram valores mais elevados de frequência de comportamentos delinquentes ao longo da vida ( $M_{baixo} = 15.14$ ,  $DP = 1.79$ ;  $M_{alto} = 16.13$ ,  $DP = 2.61$ ), do que as raparigas ( $M_{baixo} = 14.58$ ,  $DP = 1.03$ ;  $M_{alto} = 15.08$ ,  $DP = 1.40$ ), sugerindo que independentemente da característica da zonas de residência, os rapazes têm uma maior probabilidade de se envolver em comportamentos delinquentes. Os valores obtidos no teste  $t$  para amostras independentes no grupo que reportou altos níveis de desordem na zona de residência, salienta uma diferença estatisticamente significativa entre género,  $t(493) = 5.79$ ,  $p < .001$ , 95% IC: [.69 a 1.41], com um tamanho de efeito médio ( $d = .50$ ). Para o grupo que reportou baixo nível de desordem na zona de residência, os resultados também foram estatisticamente significativos,  $t(3525) = 11.39$ ,  $p < .001$ , 95% IC: [.46 a .65], mas com um tamanho de efeito pequeno ( $d = .38$ ). Neste sentido, rapazes de zonas de residência com alta desordem, evidenciam uma maior frequência de comportamentos delinquentes.

No que se refere à última hipótese deste estudo, para a análise dos dados foi utilizada a variável da idade agrupada em 2 categorias, “jovens mais novos” e “jovens mais velhos”. Os resultados demonstraram que jovens mais velhos apresentam uma maior frequência de comportamentos delinquentes ( $M_{baixo} = 15.14$ ,  $DP = 1.67$ ;  $M_{alto} = 15.76$ ,  $DP = 2.23$ ), do que os seus pares mais novos ( $M_{baixo} = 14.62$ ,  $DP = 1.25$ ;  $M_{alto} = 15.06$ ,  $DP = 1.60$ ), independentemente do nível de desordem da zona de residência da qual fazem parte. Ainda, segundo o teste  $t$  para amostras independentes, as diferenças de idades para o grupo que reportou alto nível de desordem na zona de residência, são estatisticamente significativas,  $t(493) = -3.70$ ,  $p < .001$ , 95% IC: [-1.07 a -.33], com um tamanho de efeito pequeno ( $d = .36$ ). O mesmo resultado aplica-se para o grupo que reportou baixo nível de desordem na zona de residência,  $t(3525) = -10.60$ ,  $p < .001$ , 95% IC: [-.62 a -.42], sendo o tamanho do efeito também pequeno ( $d = .35$ ).

## Discussão

O presente estudo tem como objetivos, perceber se o nível de desordem das zonas de residência tem impacto na frequência dos comportamentos delinquentes dos jovens, se os níveis de *child disclosure* reportados pelos jovens diferem consoante o nível de desordem das zonas de residência, se a *child*

*disclosure* tem algum papel moderador na relação das zonas de residência com a frequência dos comportamentos delinquentes, e ainda, se nas zonas de residência com maiores níveis de desordem existem diferenças entre gênero e idade. Tendo por base as hipóteses formuladas, a análise de dados evidenciou que relativamente à primeira hipótese (Em zonas de residência com alta desordem espera-se que exista uma maior frequência de comportamentos delinquentes auto relatados), existe uma relação entre a desordem das zonas de residência e a frequência dos comportamentos delinquentes, podendo-se concluir que altos níveis de desordem estão associados a uma maior frequência de comportamentos delinquentes. Considerando a segunda hipótese (Em zonas de residência com alto nível de desordem espera-se que os jovens reportem valores menores de *child disclosure*, quando comparados com jovens de zonas de residência com baixo nível de desordem), existem diferenças significativas entre os grupos, sendo que são os jovens de zonas de residência com baixo nível de desordem que reportam maiores valores de *child disclosure*. Ainda, no que concerne à terceira hipótese (Espera-se que a *child disclosure* influencie a relação entre a desordem das zonas de residência e o comportamento delincente, diminuindo a frequência dos comportamentos delinquentes), os dados apontam para uma relação entre a *child disclosure* e o nível de desordem das zonas de residência que diminui a frequência dos comportamentos delinquentes, não sendo, no entanto a raiz desta relação clara. Relativamente à quarta hipótese (Espera-se que jovens do sexo masculino tenham mais comportamentos delinquentes, em zonas de residência com alta desordem, em comparação com os seus pares do sexo feminino), existem diferenças significativas entre gênero na frequência de comportamentos delinquentes de jovens que vivem em zonas de residência com altos níveis de desordem, demonstrando que são os rapazes que cometem mais crimes. E por fim, no que diz respeito à quinta hipótese (Jovens mais velhos espera-se que tenham mais comportamentos delinquentes, em zonas de residência com alta desordem, quando comparados com os jovens mais novos), as análises permitiram concluir que em zonas de residência com altos níveis de desordem, são os jovens mais velhos que têm uma maior frequência de comportamentos delinquentes.

Tendo em conta a primeira hipótese do estudo, os resultados confirmaram a hipótese, demonstrando a existência de uma relação positiva entre o nível de desordem das zonas de residência e a frequência de comportamentos delinquentes dos jovens. Apesar do tamanho do efeito ser pequeno, este permite-nos retirar conclusões sobre o mesmo. Assim, conclui-se que, altos níveis de desordem estão associados a uma maior frequência de comportamentos delinquentes. Estes resultados vão ao encontro dos achados na literatura que nos dizem que a desordem, tanto física como social, está relacionada com maiores taxas de comportamentos delinquentes relatados pelos jovens (Chung &

Steinberg, 2006; Skogan, 2012). Olhando para estes resultados podemos tentar explicar à luz da teoria das atividades rotineiras de Cohen e Felson (1979). Esta teoria descreve o quão provável os ofensores são de cometer um crime com base nas suas atividades normais do dia-a-dia, demonstrando que o ambiente tem um papel importante na ocorrência de comportamentos delinquentes. Existem 3 fatores na base da teoria: um ofensor motivado, um alvo acessível e adequado, e ainda, ausência de um guardião/figura autoritária (i.e., uma pessoa que possa intervir e/ou servir de testemunha). Assim, as deslocações rotineiras/atividades podem levar um ofensor motivado a entrar em contacto com um alvo desejado num ambiente sem qualquer guardião/figura autoritária. Por outras palavras, zonas de residência com altos níveis de desordem são ambientes onde a ausência de um guardião/figura autoritária é frequente, o que contribui para um jovem (i.e., ofensor motivado), cometer atos delinquentes quando deparados com alvos acessíveis e adequados. Por outro lado, uma possível explicação para o tamanho do efeito ser pequeno, pode ser devido ao facto de atualmente, para a população portuguesa, ser muito mais comum observarmos as crianças a brincarem em casa, em seio familiar, do que na rua. Para além disso, quando brincam na rua (e.g., parques, jardins), são normalmente acompanhadas pelo menos por um adulto. Esta constante supervisão e falta de contacto direto com as zonas de residência pode contribuir para uma menor exposição à desordem das zonas de residência e consequentemente, diminuir o impacto desta na relação com a delinquência juvenil. Para além disso, é importante ter em conta a diferença do número total de jovens pertencentes a cada grupo de desordem – baixo ( $n = 3527$ ) e alto ( $n = 495$ ) – sendo que, esta diferença relativamente grande pode traduzir-se num efeito também menor.

Em relação à segunda hipótese, os dados obtidos corroboram o pressuposto elaborado, no sentido que, em zonas de residência com alto nível de desordem, os jovens reportam menores valores de *child disclosure*. Ainda, apesar do tamanho do efeito ser pequeno, estes achados vão ao encontro da literatura que nos diz que jovens de zonas de residência mais pobres e com maiores taxas de crime, reportam também menores níveis de suporte e supervisão parental (Klebanov, Brooks-Gunn & Duncan, 1994). Estes baixos níveis de supervisão parental, por sua vez, estão relacionados com baixos níveis de *child disclosure*, controlo e solicitação parental (Stattin & Kerr, 2000). Consoante estes resultados, parece então que, em zonas de residência com alta desordem, a comunicação entre jovens/pais não é tão boa. Uma explicação para este efeito pode se focar na existência de uma condição comum a estas famílias, e inerente a estas zonas de residência, que privilegia a adoção de práticas parentais não normativas, e mais negligentes, criando um entrave à vontade da criança de partilhar informação (i.e., *child disclosure*). Assim, seria interessante que estudos futuros analisassem as características das zonas de residência



mais pobres e de maior desordem, tentando perceber o que pode influenciar a adoção de determinados estilos parentais destas famílias.

No que concerne à terceira hipótese, o objetivo principal de testar a existência de um efeito moderador não foi conseguido. No entanto, da análise de dados feita, podemos retirar outras conclusões importantes. Em primeiro lugar, o modelo de regressão logística revelou que o nível de desordem das zonas de residência é previsor do nível de frequência de comportamentos delinquentes ao longo da vida dos jovens. Ou seja, jovens de zonas de residência com baixo nível de desordem, tinham uma chance maior de reportar baixa frequência de comportamentos delinquentes, do que reportar alta frequência de comportamentos delinquentes. Este resultados contribuem para os achados da primeira hipótese, corroborando a existência de uma relação positiva entre as duas variáveis. Em segundo lugar, o modelo também revelou que a *child disclosure* é um preditor significativo do nível de frequência de comportamentos delinquentes, de tal modo que jovens que apresentam *child disclosure* têm uma chance maior de reportar baixa frequência de comportamentos delinquentes, do que reportarem alta frequência de comportamentos delinquentes. Por outras palavras, quanto maior for a *child disclosure* menor será a frequência de comportamentos delinquentes, algo que já tinha sido previamente concluído por outros autores (King, Fite & Poquiz, 2018; Stattin & Kerr, 2000). Este resultado é um dado importante pois a *child disclosure* é um variável dinâmica onde se pode intervir. Nomeadamente, esta é trabalhada na área psicossocial em projetos de intervenção parental junto das populações. Tal como, Soenens, Vansteenkiste, Luyckx e Goossens (2006), descobriram, a vontade da criança de partilhar informação pode ser facilitada por determinados comportamentos provenientes dos pais, o que fornece informação valiosa para os psicólogos da área aquando a criação de programas. Assim, estes podem focar-se na aprendizagem e adoção de estilos parentais e estratégias que incentivem o conforto e abertura para a partilha de informação, consequentemente aumentando os níveis de *child disclosure*, e diminuindo a probabilidade de ocorrência de atos delinquentes. Por fim, a última conclusão que se pode retirar desta análise, remete para o facto que o melhor modelo previsor da frequência dos comportamentos delinquentes, é aquele que inclui as duas variáveis (i.e., nível de desordem das zonas de residência e *child disclosure*). Desta forma, parece haver uma interação entre as duas que melhor prevê a ocorrência de comportamentos delinquentes. Ou seja, apesar de o modelo com a interação direta das duas variáveis ser pior previsor da frequência dos comportamentos delinquentes, o modelo com as duas variáveis, introduzidas separadamente, é o que melhor prediz o *outcome*. Os resultados apontam, então, para a existência de uma interação indireta que melhora o modelo. Assim, seria de interesse para estudos futuros avaliar de novo estas variáveis, e investigar qual a raiz desta interação.

Relativamente à quarta hipótese da investigação, tal como as conclusões apontadas na literatura, em que os jovens do sexo masculino têm maior probabilidade de se envolver em comportamentos delinquentes (Junger-Tas et al., 2009; Junger-Tas, Ribeaud & Cruyff, 2004; Piquero, Gover, MacDonald & Piquero, 2005), os resultados da análise de dados revelaram que os rapazes que vivem em zonas de residência com alto nível de desordem, têm uma maior frequência de comportamentos delinquentes, quando comparados com os seus pares femininos. Para além disso, esta diferença entre géneros teve um tamanho de efeito médio, revelando que níveis altos de desordem nas zonas de residência parecem acentuar o efeito da variável género. Também em zonas de residência com baixo nível de desordem se notaram discrepâncias, sendo que foram os rapazes que mais uma vez reportaram maior frequência de comportamentos delinquentes, apesar do tamanho do efeito observado nesta circunstância ser pequeno. Ainda, até mesmo quando comparando a frequência dos comportamentos delinquentes das raparigas de zonas de residência com alto nível de desordem, com a frequência de comportamentos delinquentes dos rapazes de zonas de residência com baixo nível de desordem, verificou-se que continuavam a ser os rapazes que apresentavam os valores maiores. De facto, parece que independentemente das características das zonas de residência, o sexo masculino apresenta uma incidência maior de comportamentos delinquentes. Podemos tentar explicar este efeito abordando-o de um ponto de vista familiar, em que as raparigas têm laços mais fortes com a família, que por sua vez, se traduz numa maior supervisão e controlo parental (Batchelor, Burman & Brown, 2004). Isto vai ao encontro dos dados de Stattin e Kerr (2000), onde raparigas relataram ser mais controladas do que os rapazes. Este controlo para com as raparigas, e por outro lado liberdade para com os rapazes, leva a que estas tenham uma maior restrição no tempo em que passam nas zonas de residência, e conseqüentemente, a que estejam menos expostas à desordem, tendo também menos oportunidades de se envolverem em comportamentos delinquentes. Ainda, poderíamos centrar-nos numa abordagem virada para os papéis tradicionais de género, onde a delinquência é considerada um traço maioritariamente de caracterização masculina, e que por isso não encaixa com a definição tradicional do género feminino (Piquero, Gover, MacDonald & Piquero, 2005). No entanto, com as mudanças sociais que têm ocorrido nas últimas décadas, têm surgido estudos como os de Arnull e Eagle (2009), e Piquero, Gover, MacDonald e Piquero (2005), que apontam para semelhanças nos processos delinquentes entre rapazes e raparigas, mas que diferem na maneira como são vividos.

No que diz respeito à quinta, e última hipótese, como no estudo de Zimmerman e Messner (2011), em que jovens mais velhos têm maior probabilidade de se envolver em comportamentos delinquentes, os resultados demonstraram que a frequência dos comportamentos delinquentes, nas

zonas de residência com alta desordem, é maior para o grupo de jovens mais velhos, em comparação com os seus pares mais novos. Para além disso, estas diferenças entre idades foram também observadas nos jovens pertencentes ao grupo de baixo nível de desordem e ainda, quando comparando os jovens mais novos em zonas de residência com alta desordem, com os jovens mais velhos em zonas de residência com baixa desordem, os mais velhos continuaram a ser o grupo com os maiores valores. A partir destes resultados podemos concluir que a variável idade pode, por si só, ser suficientemente forte para provocar efeito mesmo quando o nível de desordem nas zonas de residência é baixo. Daqui, podemos arranjar pelo menos duas explicações, uma feita à luz de fatores familiares, e outra segundo a teoria do desenvolvimento de Terrie Moffitt (Moffitt, 1993). Em relação à primeira explicação, à medida que os jovens crescem, é habitual observarmos os pais a adotar estilos parentais mais lenientes, dando uma maior liberdade e autonomia aos filhos. Esta liberdade e autonomia implicam uma menor supervisão parental (i.e., conhecimento parental), que, como demonstrado por Rekker e colaboradores (2015), quanto menos informação os pais possuem sobre as atividades dos jovens, maior probabilidade eles têm de se envolver em comportamentos delinquentes. Por outro lado, a teoria do desenvolvimento sugere que os jovens em risco podem ser divididos em dois grupos, os que apenas cometem crimes durante a adolescência, e aqueles que praticam crimes ao longo de toda a vida. No entanto, para ambos os casos, o pico de atividade criminal parece ocorrer aos 17 anos (Moffitt, 1993; Moffitt & Caspi, 2001). Ou seja, podemos atribuir esta diferença de frequência de comportamentos delinquentes entre o grupo de jovens mais novos e os seus pares mais velhos, devido ao facto de o pico de atividade criminal se encontrar presente neste último grupo (i.e., jovens mais velhos – 16 aos 21 anos).

Por fim, este estudo apresenta algumas limitações, começando pela disparidade no número de jovens pertencentes ao grupo de “Baixa” desordem e ao grupo de “Alta” desordem. Esta diferença, como dito em cima, pode estar na origem do tamanho do efeito, sendo que seria de interesse futuro fazer uma comparação entre grupos com o mesmo número de jovens. Outra limitação deste estudo prende-se no facto de só avaliar uma das variáveis referentes ao conhecimento parental (i.e., solicitação parental, controlo parental e *child disclosure*). Apesar de, segundo a literatura, a *child disclosure* ser a variável mais fortemente ligada ao conhecimento parental (Stattin & Kerr, 2000), e a maior preditor de comportamento delinvente (King, Fite & Poquiz, 2018; Stattin & Kerr, 2000), seria relevante, para uma investigação futura, averiguar a relação da solicitação parental e do controlo parental com os comportamentos delinquentes, para a população portuguesa. Além disso, seria interessante averiguar se estas duas variáveis têm algum papel moderador na relação entre a desordem das zonas de residência e os comportamentos delinquentes. Ainda, apesar do seu uso continuado nos estudos do ISRD,

questionários de autorrelato têm por si só as suas próprias limitações, nomeadamente a desejabilidade social. Embora seja pedido honestidade na resposta ao questionário, é impossível controlar a vontade de alguns sujeitos quererem expor uma imagem mais favorável, escolhendo, então, as respostas que consideram corresponder a esta ideia. Assim, esta limitação deve ser tida em conta aquando a interpretação dos resultados.

### Referências

- Aguilar, B., Sroufe, A., Egeland, B., & Carlson, E. (2000). Distinguishing the earlyonset/persistent and adolescence-onset antisocial behavior types: from birth to 16 years. *Development and Psychopathology, 12*, 109-132. doi:10.1017/S0954579400002017
- Ali, S. M., & Masood, S. (2018). Role of Family, Neighbourhood and Peers in Development of Delinquent Behavior in Adolescents. *Peshawar Journal of Psychology and Behavioral Sciences (PJPBS), 4*(2), 171-192. Doi: <https://doi.org/10.32879/picp.2018.4.2.171>
- Arnall, E., & Eagle, S. (2009). Girls and offending—patterns, perceptions and interventions. *London: Youth Justice Board.*
- Batchelor, S., Burman, M., & Brown, J. (2004). Discutindo a violência: vamos ouvi-lo da boca das raparigas. *Infância e Juventude, 2*, 125-143.
- Beyers, J. M., Bates, J. E., Pettit, G. S., & Dodge, K. A. (2003). Neighborhood structure, parenting processes, and the development of youths' externalizing behaviors: A multilevel analysis. *American Journal of Community Psychology, 31*(1-2), 35-53. Doi: <https://doi.org/10.1023/A:1023018502759>
- Burfeind, J., & Bartusch, D. J. (2016). *Juvenile delinquency: An integrated approach*. (3ª ed.). Routledge
- Bussab, W.O., & Morettin, P. A. (2010). *Estatística básica*. (6ª ed.). São Paulo: Saraiva, 279
- Chang, L. Y., Wang, M. Y., & Tsai, P. S. (2016). Neighborhood disadvantage and physical aggression in children and adolescents: A systematic review and meta-analysis of multilevel studies. *Aggressive Behavior, 42*(5), 441-454. Doi: <https://doi.org/10.1002/ab.21641>

- Chung, H. L., & Steinberg, L. (2006). Relations between neighborhood factors, parenting behaviors, peer deviance, and delinquency among serious juvenile offenders. *Developmental psychology*, *42*(2), 319. doi:10.1037/0012-1649.42.2.319
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. (2<sup>a</sup> ed.). Lawrence Erlbaum Associates, Hillsdale, NJ
- Cohen, L., & Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, *44*(4), 588-608. doi:10.2307/2094589
- Dishion, T. J., & McMahon, R. J. (1998). Parental Monitoring and the Prevention of Child and Adolescent Problem Behavior: A Conceptual and Empirical Formulation. *Clinical Child and Family Psychology Review*, *1*(No.1), 61–75. Doi: <https://doi.org/10.1023/A>
- Eaton, N. R., Krueger, R. F., Johnson, W., McGue, M., & Iacono, W. G. (2009). Parental monitoring, personality, and delinquency: Further support for a reconceptualization of monitoring. *Journal of Research in Personality*, *43*, 49-59. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2008.10.006>
- Elliott, M. C., Dupéré, V., & Leventhal, T. (2015). 16 Neighborhood Context and the Development of Criminal and Antisocial Behavior. In *The development of criminal and antisocial behavior* (pp. 253-265). Springer, Cham. Doi: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-08720-7\\_16](https://doi.org/10.1007/978-3-319-08720-7_16)
- Elliott, D. S., Wilson, W. J., Huizinga, D., Sampson, R., Elliott, A., & Rankin, B. (1996). The effects of neighborhood disadvantage on adolescent development. *Journal of Research on Crime and Delinquency*, *33*(4), 389–426. Doi: <https://doi.org/10.1177/0022427896033004002>
- Esmanhoto, C., & Souza, M. (2010). Transgressões e Adolescência: Individualismo, Autonomia e Representações Identitárias. *Psicologia ciência e profissão*, *30* (4), 824-839. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000400012>.
- Field, A. (2018). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics* (5.<sup>a</sup> ed.). SAGE Publications
- Gold, S., & Nepomnyaschy, L. (2018). Neighborhood Physical Disorder and Early Delinquency Among Urban Children. *Journal of Marriage and Family*, *80*(4), 919–933. Doi: <https://doi.org/10.1111/jomf.12487>
- Junger-Tas, J., Marshall, I. H., Enzmann, D., Killias, M., Steketee, M., & Gruszczynska, B. (Eds.). (2009). *Juvenile delinquency in Europe and beyond: Results of the second international self-report delinquency study*. Springer Science & Business Media.

- Junger-Tas, J., Ribeaud, D., & Cruyff, M. J. (2004). Juvenile delinquency and gender. *European Journal of Criminology*, 1(3), 333-375.
- King, Y. A., Fite, P. J., & Poquiz, J. L. (2018). Impact of Neighborhood Safety on the Association between Parental Knowledge and Delinquency. *Journal of Child and Family Studies*, 27(3), 885–894. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0937-8>
- Klebanov, P. K., Brooks-Gunn, J., & Duncan, G. J. (1994). Does neighborhood and family poverty affect mothers' parenting, mental health, and social support? *Journal of Marriage and the Family*, 56, 441– 455. doi: [doi.org/10.2307/353111](https://doi.org/10.2307/353111)
- Leventhal, T., & Brooks-Gunn, J. (2004). Diversity in developmental trajectories across adolescence: Neighborhood influences. *Handbook of adolescent psychology*, 2, 451-486.
- Martins, P. C., Mendes, S. M., Fernández-Pacheco, G., & Tendais, I. (2019). Juvenile Victimization in Portugal through the Lens of ISRD-3: Lifetime Prevalence, Predictors, and Implications. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 25(3), 317-343. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10610-018-9401-6>
- Miller, G. M., & Tolan, P. H. (2019). The influence of parenting practices and neighborhood characteristics on the development of childhood aggression. *Journal of community psychology*, 47(1), 135-146. Doi: <https://doi.org/10.1002/jcop.22105>
- Miller, H. V. (2010). If your friends jumped off of a bridge, would you do it too? Delinquent peers and susceptibility to peer influence. *Justice Quarterly*, 27(4), 473–491. Doi: <https://doi.org/10.1080/07418820903218974>
- Ministério da Administração Interna (2018). Relatório Anual de Segurança Interna 2018. Recuperado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2018>
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674-701. Doi: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Moffitt T.E. & Caspi A. (2001) Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females. *Development and Psychopathology*, 13, 355–375.

- Nardi, F. L., & Dell'aglio, D. D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicologia, 13*(2), 69-77.
- Paludo, S. S., & Koller, S. H. (2005). Resiliência na rua: Um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21*(2), 187- 195. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722005000200009>
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., & Oliveira, R. V. C. de. (2004). Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 20*(2), 135-143. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200006>
- Piquero, N., Gover, A., MacDonald, J., & Piquero, A. (2005). The Influence of Delinquent Peers on Delinquency: Does Gender Matter?, *Youth & Society, 36*(3), 251- 275. Doi: <https://doi.org/10.1177/0044118X04265652>
- Rekker, R., Pardini, D., Keijsers, L., Branje, S., Loeber, R., & Meeus, W. (2015). Moving in and out of poverty: The within-individual association between socioeconomic status and juvenile delinquency. *PLoS one, 10*(11), e0136461.
- Santrock, J. W. (2011). Life-span development 13th edition. *New York: McGraw-Hill. Schunk, DH (2005). Self-regulated learning: The educational legacy of Paul R. Pintrich. Educational Psychologist, 40*(2), p. 402
- Schuck, A. M., & Widom, C. S. (2005). Understanding the role of neighborhood context in the long-term criminal consequences of child maltreatment. *American journal of community psychology, 36*(3-4), 207-222. Doi: <https://doi.org/10.1007/s10464-005-8615-1>
- Skogan, W. G. (2012). Disorder and crime. *The Oxford handbook of crime prevention, 173-188.* doi: 10.1093/oxfordhb/9780195398823.013.0009
- Soenens B., Vansteenkiste M., Luyckx K., & Goossens L. (2006). Parenting and adolescent problem behavior: An integrated model with adolescent self-disclosure and perceived parental knowledge as intervening variables. *Developmental Psychology, 42*(2), 305–318. Doi: <https://doi.org/10.1037/0012-1649.42.2.305>
- Stattin, H., & Kerr, M. (2000). Parental Monitoring: A Reinterpretation. *Child Development, 71*(4), 1072–1085. Doi: <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00210>

- Vogel, M., & South, S. J. (2016). Spatial dimensions of the effect of neighborhood disadvantage on delinquency. *Criminology*, *54*(3), 434-458. Doi: <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12110>
- Vogel, M. & Van Ham, M. (2017). Unpacking the Relationships between Impulsivity, Neighborhood Disadvantage, and Adolescent Violence: An Application of a Neighborhood-Based Group Decomposition. *Journal of Youth and Adolescence*. doi: 10.1007/s10964-017-0695-3.
- Wright, E. M., & Fagan, A. A. (2013). The cycle of violence in context: Exploring the moderating roles of neighborhood disadvantage and cultural norms. *Criminology*, *51*(2), 217-249. doi: 10.1111/1745-9125.12003
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (2003). Broken Windows: The police and neighborhood safety. *Criminological perspectives: essential readings*, 400.
- Zimmerman, G. M., & Messner, S. F. (2011). Neighborhood context and nonlinear peer effects on adolescent violent crime. *Criminology*, *49*(3), 873-903. doi: 10.1111/j.1745-9125.2011.00237.x





Universidade do Minho

SECSH

## **Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas**

Identificação do documento: SECSH 033/2015

Título do projeto: *Estudo Internacional de Auto-relato da Delinquência ISRD-3*

Investigador(a) responsável: Sílvia Maria Vale Mendes Camões, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho

Outros Investigadores: Paula Cristina Marques Martins, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Glória Fernandez-Pacheco Alises, Universidade Fernando Pessoa

Subunidade orgânica: Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho

### **Justificação de Parecer**

Trata-se de um estudo integrado no Projeto Internacional de Delinquência Autorrelatada (ISRD), um projeto de investigação em curso que recolhe dados, em intervalos regulares de tempo, a partir de amostras comparáveis de diferentes países, a fim de a) identificar e comparar as diferenças, semelhanças e tendências verificadas no comportamento delinquente e nas experiências de vitimização; e b) testar teorias criminológicas relacionadas com a delinquência juvenil, tendo em conta as suas implicações para as instâncias políticas. Portugal participou neste projeto desde o seu início: no ISRD-1 (estudo piloto), no princípio dos anos 90, juntamente com 13 países; no ISRD-2, em 2006-2007, com 31 países. Atualmente, o ISRD-3 está em fase de aplicação num total de 35 países.

Sendo a população alvo constituída pelos jovens (12-18 anos) residentes em Portugal, o processo de amostragem adotado foi probabilístico, aleatório estratificado, tendo como base a totalidade das turmas dos 7º-12º anos das cidades de Lisboa, Porto e Braga em 2015, totalizando 5400 alunos (1800 por cidade) [conforme dados adquiridos à Direção-Geral das Estatísticas e da Educação e Ciência (DGEEC)]. Não foram definidos critérios de exclusão.

Obtidas as autorizações legal e eticamente necessárias, o objetivo do estudo e a natureza da tarefa de investigação é explicada às crianças/jovens, sendo garantida a sua participação livre, a possibilidade que lhes assiste de não participarem ou de desistirem a qualquer momento, conforme a sua vontade e sem qualquer consequência decorrente da manifestação da sua não adesão.

Com base na seleção da amostra de turmas feita a partir do programa informático do projeto internacional Survey Manager: a) no caso dos estabelecimentos públicos, os agrupamentos das escolas onde se encontram as turmas seleccionadas são contactados por correio eletrónico e por carta enviada por correio normal, no sentido de obter a devida autorização; b) no caso dos estabelecimentos privados, este contacto é feito diretamente com cada um. No contacto com as escolas, são identificadas as turmas-alvo do estudo. Todos os alunos que constituem as turmas

identificadas serão potenciais participantes no mesmo, uma vez verificados os procedimentos deontológicos aplicáveis.

Garantidas as autorizações dos estabelecimentos de ensino e dos pais, assim como o consentimento informado dos alunos, está previsto nas orientações do projeto internacional que o preenchimento do questionário seja feito em sala de aula, garantindo-se que nenhum professor dos alunos ou outro elemento da escola esteja presente. Estarão presentes apenas os investigadores, para qualquer apoio eventualmente necessário. Este cuidado visa assegurar que os alunos não se sintam constrangidos de forma alguma a participar no questionário. Os investigadores presentes têm formação em psicologia e criminologia.

O estudo tem já autorização da CNPD e da Direção Geral de Educação. Ressalve-se a indicação CNPD para que não seja recolhida informação acerca da turma a que pertencem os alunos.

Os investigadores declararam não existirem situações de conflito de interesses e demonstraram ter qualificação adequada para a realização da investigação.

Documentos enviados às SECSH

- Requerimento de apreciação de projeto;
- Informação do Responsável pela subunidade sobre o enquadramento do projeto;
- Protocolo do estudo de recolha de dados e/ou informação para o participante;
- Modelo de Consentimento Informado;
- Currículo Vitae das investigadoras;
- Cópia de um exemplar do ISRD3;
- Autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

Os documentos enviados estão em conformidade com o Guião para submissão de processos a apreciar pela Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH).

Face ao exposto, nada temos a opor à execução do projeto, na Universidade do Minho.

Braga, 30 de outubro de 2015.

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado  
(Presidente da SECSH)